

## **Angola e Moçambique:**

# **Estratégias de desenvolvimento**

ADELINO TORRES\*

Após a independência, Angola e Moçambique conheceram uma crise política e económica de grandes dimensões para a qual contribuíram factores internos e externos.

Em Moçambique, ao optimismo voluntarista dos primeiros anos sucedeu, a partir de 1981, um período de guerra<sup>1</sup> que se traduziu em crescentes dificuldades económicas que paralisaram o essencial das actividades do país e precipitaram o declínio da maioria dos indicadores. Em Angola a situação apresentou-se em todo o seu dramatismo desde a independência, em 1975, e tem vindo deste então a agravar-se.

A situação dos dois países é distinta nuns aspectos e similar noutros. Diferencia-se nomeadamente no terreno político-militar: os movimentos rebeldes que se opõem aos governos legais dos dois países têm poucas semelhanças. Por outro lado, a intervenção estrangeira actua directamente em Angola, enquanto que em Moçambique ela é sobretudo indirecta. No plano económico, apesar de estar submetida a uma pressão enorme, Angola tem conseguido, graças ao petróleo, manter nas suas relações económicas externas uma

---

\* Instituto Superior de Economia. Grupo de Estudos Africanos do IEEI

<sup>1</sup> No que diz respeito a Angola, o conceito de «guerra civil» é mais ou menos aceite pela generalidade dos observadores como traduzindo, em grande parte, uma situação por assim dizer «clássica», ou seja: choque militar e político entre facções da sociedade civil com projectos (ou discursos) políticos diferentes, e luta entre elas pela conquista do poder com o apoio de partes da população do país, independentemente da intervenção estrangeira. Todavia, no que se refere a Moçambique, o emprego desta expressão é mais controverso. A maior parte dos analistas considera que a Renamo não tem aparentemente qualquer programa político nem pretende a conquista do poder, não se preocupando portanto em obter o apoio das populações africanas. A sua função seria meramente destabilizadora ao serviço dos desígnios próprios de uma potência exterior (neste caso a África do Sul). Nessa perspectiva, acrescentam, não se pode falar de «guerra civil», conceito que implica, pelo menos, identificação de programas políticos e adesão voluntária de partes significativas da população a cada um dos antagonistas. A imagem de uma Renamo «sem rosto e sem voz», sem dirigentes dignos de crédito conhecidos, sem programa definido e sem adesão popular clara (ver Relatório Gersony), parece confirmar, para estes analistas, que não se trata de uma «guerra civil» no sentido usual. Dois estudos sobre as origens da crise do Estado nestes países: Michel Cahen, *Moçambique: la Révolution Implorée*, Paris, l'Harmattan, 1987, 170 p., e, numa perspectiva diferente: Catherine V. Scott, «Socialism and the 'Soft State' in Africa: an Analysis of Angola and Mozambique», *The Journal of Modern African Studies*, 26, 1, (1988), pp. 23-26.

margem de manobra que não está (pelo menos por enquanto) ao alcance de Moçambique, que não explora este produto estratégico.

Há porém entre os dois países paralelismos vários. Ambos optaram, depois da independência, pela «via socialista» com base num «marxismo-leninismo» assumido. Ambos se inserem num contexto geoeconómico no qual o fulcro é a República da África do Sul. Nos dois casos a guerra contribuiu decisivamente, ainda que de formas diversas, para arruinar o aparelho produtivo, impossibilitar a aplicação de planos de desenvolvimento, travar o crescimento, inviabilizar o desenvolvimento económico e social. A situação daí resultante é dramática para as populações africanas.

Pressionado pelas circunstâncias, o governo moçambicano parece ter iniciado uma viragem cujo ponto de partida muitos situam nos acordos de Nkomati. O facto de o próprio presidente Joaquim Chissano ter reafirmado recentemente a sua «actualidade», permite pensar que o novo rumo será talvez mentido e que as reformas continuarão a ser levadas por diante. Mas nenhum observador está em condições de determinar com segurança até que ponto. É, todavia, prematuro considerar, como sugerem alguns observadores, que levada até «às suas últimas consequências» a viragem político-económica de Moçambique se traduzirá na adopção de um modelo liberal, de tipo «ocidental».

Por seu turno, a evolução recente da situação angolana, no seguimento das conversações internacionais que têm tido lugar, é encorajadora pois pode talvez introduzir elementos novos susceptíveis de desbloquear uma situação ameaçada de apodrecimento. Mas é também demasiado cedo para fazer qualquer previsão quanto às futuras orientações de regime.

A única «certeza» é que em nenhum dos dois países será possível pôr em prática uma política eficaz de *desenvolvimento* económico e social, enquanto não for previamente restabelecida a *paz interna*<sup>2</sup> e *reequacionadas as relações entre todos os países da África Austral*.

As reformas, as políticas de saneamento económico, anunciadas ou em curso<sup>3</sup>, as alterações introduzidas em Moçambique - e provavelmente em breve em Angola - com o apoio do FMI e do Banco Mundial, a ajuda internacional, a inserção destes dois países africanos na Convenção de Lomé e a intervenção da Comunidade Europeia em projectos ou programas de desenvolvimento, têm certamente a maior importância e oportunidade. E os esforços

---

<sup>2</sup> Vd. John A. Marcum, «Regional Security in Southern Africa: Angola», *Survival*, (London), IISS, Jan.-Feb. 1988. pp. 10-11.

<sup>3</sup> Agradeço aos prof. Armando A. de Castro, dr. F. J. Cardoso, dr. M. Ennes Ferreira e dr. Silva Santos a documentação sobre Angola e Moçambique cuja consulta amavelmente me facultaram.

dos governos africanos para introduzir melhorias económicas e sociais que minimizem os sofrimentos das populações<sup>4</sup> têm de continuar a ser apoiados internacionalmente. A Comunidade Europeia deve mesmo reforçar a sua intervenção nesse sentido, tanto mais que a ajuda da CEE parece claramente inferior às suas capacidades.

**Quadro 1**  
**MÉDIA ANUAL DA AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO (APD) A**  
**MOÇAMBIQUE E A ANGOLA**  
(Milhões de USD)

|                          | <b>Moçambique<br/>(1981-85)</b> | <b>Angola<br/>(1981-84)</b> |
|--------------------------|---------------------------------|-----------------------------|
| Bilateral<br>da qual:    | 171,7                           | 46,8                        |
| EUA                      | 16,8                            | nd                          |
| Suécia                   | 35,8                            | 15,7                        |
| Itália                   | 26,2                            | 8,3                         |
| Holanda                  | 23,7                            | 8,3                         |
| Noruega                  | 16,4                            | nd                          |
| França                   | 9,9                             | nd                          |
| Reino Unido              | 6,7                             | nd                          |
| Multilateral<br>da qual: | 54,3                            | 26,0                        |
| CEE                      | 15,2                            | 4,0                         |
| Total APD<br>do qual:    | 226,0                           | 72,9                        |
| Doações                  | 177,6                           | 60,5                        |

Cálculos do autor a partir de: EIU, *Country Profile: Angola, S. Tomé e Príncipe 1986-87*, Londres; EIU, *Country Profile: Mozambique 1987-88*, Londres.

nd: não disponível.

Assim, no que se refere a Moçambique (período 1981-85) a ajuda da CEE foi, em média, de 15,2 milhões de dólares anuais (28 por cento da ajuda unilateral). Quanto a Angola (período 1981-84) a ajuda média anual da CEE foi de 4 milhões de dólares (15 por cento da

---

<sup>4</sup> Vd. Arcebispo de Maputo, *A paz que o povo quer: Carta Pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique*, Maputo, 1987.

ajuda multilateral). Quer dizer que, no caso de Moçambique, a ajuda da CEE, *enquanto entidade*, foi inferior à de vários países tomados individualmente: Estados Unidos, Suécia, Itália, Holanda e Noruega; o mesmo se passa no que se refere a Angola, como se pode verificar no quadro 1.

Outro elemento a destacar na ajuda pública ao desenvolvimento é que os montantes da ajuda bilateral são muito superiores aos da ajuda multilateral. A ajuda bilateral a Moçambique representou, em média anual, cerca de 76 por cento da ajuda total àquele país, enquanto que no caso de Angola ela atingiu 64 por cento.

A intensificação do apoio da CEE, *enquanto entidade*, à solução dos problemas nesta região e aos esforços de desenvolvimento dos países africanos, deveria ser, a vários títulos, uma peça decisiva no xadrez da África Austral.

Tudo indica que se não forem encontradas soluções políticas para alcançar uma *paz* efectiva, os resultados económicos e sociais da ajuda internacional ou dos planos de recuperação serão certamente muito limitados.

Compete porém aos políticos africanos assumir a responsabilidade de definir as orientações mais adequadas e de assegurar os meios indispensáveis para encontrar soluções realistas.

### **Evolução da situação económica**

A situação económica tem vindo a deteriorar-se em ambos os países. Em Angola o processo tomou forma logo a partir de 1975 com a luta entre três movimentos pela conquista do poder, de que resultou a fuga da maioria da população de origem portuguesa. Fábricas, fazendas e administração pública perderam os técnicos e a mão-de-obra qualificada e semi-qualificada, as actividades foram reduzidas e a produção registou uma queda quase vertical.

Em Moçambique o verdadeiro declínio da produção começou em 1981, no seguimento das secas que assolaram o país e da extensão das acções rebeldes a todo o território.

A análise dos valores da produção bruta industrial e dos índices de volume das produções mencionados nos quadros 2 e 3 permite portanto apreciar a evolução crescente da produção em Moçambique e Angola. Em 1985, a maior parte dos índices de produção não ultrapassava a terça parte do valor dos índices de 1975-76. Calcula-se que o produto interno bruto (PIB) de Moçambique diminuiu, entre 1973 e 1983, à taxa anual de 2 por cento em termos reais. Como se constata no quadro 3, a situação de Angola é do mesmo tipo.

**Quadro 2**  
**ÍNDICE DOS VALORES DA PRODUÇÃO BRUTA INDUSTRIAL DE MOÇAMBIQUE**  
**A PREÇOS CONSTANTES DE 1980**

(1976 =100)

|                                                                            | 1976       | 1980       | 1985      |
|----------------------------------------------------------------------------|------------|------------|-----------|
| Ramos dependentes do Ministério da Indústria e Energia                     | 100        | 171        | 42        |
| Ramos dependentes da Secretaria de Estado da Indústria Ligeira e Alimentar | 100        | 109        | 81        |
| Ramos dependentes do Ministério dos Recursos Mineiros                      | 100        | 57         | 22        |
| Ramos dependentes da Secretaria de Estado das Pescas                       | 100        | 145        | 156       |
| Ramos dependentes do Ministério da Agricultura                             | 100        | 107        | 30        |
| Actividades dependentes do Ministério da Construção e Águas.               | 100        | 128        | 42        |
| <b>Produção bruta industrial</b>                                           | <b>100</b> | <b>119</b> | <b>52</b> |

*Informação Estatística 1985, Maputo.*

Verifica-se pois que, tanto em Moçambique como em Angola, houve uma diminuição brutal da produção em quase todos os ramos de actividade. A redução da oferta de bens e serviços disponíveis no mercado e o aumento da procura desencadeou uma inflação galopante que é difícil medir com exactidão em virtude das deficiências dos dados estatísticos. O quadro 4 mostra todavia a tendência da evolução do PIB entre 1980 e 1984 nos dois países.

**Quadro 3**  
**PRODUÇÕES DE ANGOLA - ÍNDICES DE VOLUME**

|                                 | 1979 | 1985 |
|---------------------------------|------|------|
| Cerveja (milhões l)             | 100  | 55   |
| Açúcar (000 ton)                | 100  | 22   |
| Farinha de milho (000 ton)      | 100  | 84   |
| Farinha de trigo (000 ton)      | 100  | 57   |
| Margarina (ton)                 | 100  | 9    |
| Semente de algodão (000 ton)    | 100  | 0,2  |
| Arroz de casca (000 ton)        | 100  | 0,7  |
| Café (000 ton)                  | 100  | 6    |
| Milho (000 ton)                 | 100  | 5    |
| Sisal (000 ton)                 | 100  | 1    |
| Tabaco (000 ton)                | 100  | 0,3  |
| Pneus de viatura (000)          | 100  | 25   |
| Autocarros (número)             | 100  | 12   |
| Carros (número)                 | 100  | 12   |
| Motociclos (000)                | 100  | 23   |
| Bicicletas (000)                | 100  | 5    |
| Baterias (000)                  | 100  | 34   |
| Rádios (000)                    | 100  | 133  |
| Acetileno (000 m <sup>3</sup> ) | 100  | 52   |
| Oxigénio (000 m <sup>3</sup> )  | 100  | 65   |
| Barras de aço (000 ton)         | 100  | 65   |
| Tubos de aço (000 ton)          | 100  | 21   |
| Placas de zinco (000 ton)       | 100  | 32   |
| Cimento (000 ton)               | 100  | 27   |

Cálculos efectuados a partir de fontes do Ministério da Indústria de Angola. Dados reproduzidos por Tony Hodges, *Angola to the 1990s: The Potential for Recovery*, Londres, The Economist Intelligence Unit (EIU), 1987 (Special Report n.º 1079), p. 106.

**Quadro 4**  
**PIB DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE**  
**A PREÇOS DE MERCADO E A PREÇOS CONSTANTES**

|                                                                               | 1980  | 1981  | 1982   | 1983   | 1984   |
|-------------------------------------------------------------------------------|-------|-------|--------|--------|--------|
| PIB de Angola (milhões de kwanzas) <sup>(1)</sup>                             | 108,5 | 118,0 | 109,4  | 126,3  | 141,6  |
| - a preços constantes                                                         | 30,9  | 31,1  | 26,4   | -      | -      |
| - cresc. real                                                                 | - 0,7 | 0,7   | - 15,0 | -      | -      |
| PIB de Moçambique <sup>(2)</sup><br>(biliões de meticais a preços de mercado) | 79,5  | 81,5  | 85,9   | 77,3   | 83,6   |
| - a preços constantes de 1980 <sup>(3)</sup>                                  | 82,1  | 84,1  | 78,8   | 64,4   | 57,9   |
| - Cresc. real <sup>(4)</sup>                                                  | -     | 2,4   | - 6,3  | - 18,3 | - 10,1 |

<sup>(1)</sup> Cf. Tony Hodges 1987, *op.cit.*, p. 43.

<sup>(2)</sup> O PIB de Moçambique a preços de mercado, foi calculado a partir de CNP, *Informação Estatística 1985*, Maputo.

<sup>(3)</sup> Trata-se aqui, na realidade, do chamado «produto social global», Cf. EIU, *Country Profile: Mozambique 1987-88*, Londres, p. 11.

<sup>(4)</sup> Ibidem.

De uma maneira geral, os índices globais da produção industrial são, em relação a 1973, bastante baixos. É o que acontece com Angola onde, para um índice de 100 em 1973, os índices de 1985 foram (em valor, a preços constantes):

- Indústria alimentar.....37
- Indústria ligeira.....91
- Indústria pesada.....35
- Todas as indústrias.....54

Deste quadro estão excluídos o petróleo, o cimento e outros materiais de construção.

Observe-se, porém, que o «bom comportamento» da indústria ligeira é mais aparente do que real. Na realidade, os preços, apesar de deflacionados, devem ter sofrido grandes distorções dadas as deficiências do aparelho estatístico. De facto, se analisarmos a evolução da indústria ligeira, *em volume*, verificamos que em quase todos os ramos a produção de 1985 é muito inferior à de 1973.<sup>5</sup>

Uma das diferenças fundamentais entre Angola e Moçambique reside na possibilidade de o primeiro país recorrer às exportações de petróleo para pagar as suas importações. A sua dívida externa é, pois, em termos relativos, menos preocupante a curto e médio prazo. O caso de Moçambique é bastante mais crítico, pois este país está muito mais dependente do crédito externo e da ajuda internacional. Calcula-se que em 1988 apenas 19 por cento das necessidades do país serão cobertas pelas receitas. A dívida moçambicana, como veremos mais adiante, tem vindo a tomar tais proporções que o seu reembolso é praticamente impossível a médio e mesmo a mais longo prazo, uma vez que não é previsível uma recuperação significativa da economia nos próximos anos.

### **As relações com o exterior**

As dificuldades da situação económica nestes dois países podem observar-se nos saldos das balanças comerciais e de transacções correntes dos últimos anos (ver quadro 5).

As dificuldades dos dois países têm de certa forma expressão no seu endividamento externo, embora a situação seja diferente nos dois casos. Ela assume uma maior gravidade para Moçambique, sobretudo porque este país não pode pagar as suas importações e os encargos dos empréstimos recorrendo a exportações de petróleo ou de qualquer outra matéria-prima estratégica, como é o caso de Angola.

A dívida externa angolana a médio e longo prazo tem aumentado nos últimos anos, passando de 287 milhões de uso em 1977 a 614 milhões de uso em 1980 e a 2496 milhões de uso em 1985. Foi um aumento substancial, mas como já se disse, tendo em conta as potencialidades do país, a dívida angolana não põe por enquanto problemas de maior, o que não quer dizer que a situação não venha a tornar-se rapidamente insustentável, sobretudo se os preços do petróleo no mercado mundial registarem novas baixas.

---

<sup>5</sup> Cf. Hodges, 1987, p. 104.



**Quadro 5**  
**SALDOS DAS BALANÇAS COMERCIAIS E DE TRANSACÇÕES CORRENTES**  
(milhões de USD)

|                          | 1982 | 1984 | Projeção 1990 <sup>1</sup> |
|--------------------------|------|------|----------------------------|
| Angola:                  |      |      |                            |
| Balança comercial        | 368  | 697  | 705                        |
| Balança Trans. correntes | -240 | -57  | -200                       |
| Moçambique:              |      |      |                            |
| Balança comercial        | -607 | -444 | -                          |
| Balança Trans. correntes | -502 | -252 | -                          |

<sup>1</sup> Projeção de Tony Hodges, *Angola to the 1990s: The Potential for Recovery*. Londres, EIU, January 1987 (Special Report 1079).

EIU, *Country Profile: Mozambique 1987-88*, p. 31 e Hodges 1987, *op. cit.*, p. 127.

O caso de Moçambique é diferente. O valor da sua produção não é de modo algum comparável com o de Angola. O montante anual médio das exportações moçambicanas no quinquénio 1981-85 é dez vezes inferior ao de Angola no mesmo período (quadro 6), enquanto que a dívida de Moçambique atingia nos finais de 1983 cerca de 1350 milhões de dólares. Fontes oficiais estimam que, em 1986, ela era já de 3000 milhões de dólares.

É opinião geral que, mesmo que o Plano de Recuperação Económica (PRE), actualmente em aplicação, consiga alcançar os seus objectivos (o que parece difícil), o país não recuperará o equilíbrio externo em 1990<sup>6</sup>.

Acrescente-se ainda que cerca de dois terços da dívida externa a médio e longo prazo de Angola é para com a URSS em condições «favoráveis», segundo alguns autores<sup>7</sup>.

A situação economicamente mais grave de Moçambique e o recurso a novos empréstimos, para satisfazer amortizações e serviços de dívidas atrasadas, tem justificado uma muito maior «Ajuda Pública ao Desenvolvimento» (APD), a maior parte da qual em condições concessionais.

<sup>6</sup> Cf EIU, *Country Profile: Mozambique, 1987-88*, p. 33.

<sup>7</sup> Cf Hodges, 1987, p. 130.

**Quadro 6**  
**EXPORTAÇÕES DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE**  
(milhões de USD)

| Anos | ANGOLA <i>a)</i> | MOÇAMBIQUE <i>b)</i> |
|------|------------------|----------------------|
| 1981 | 1305             | 248                  |
| 1982 | 1494             | 216                  |
| 1983 | 1587             | 132                  |
| 1984 | 1965             | 101,5                |
| 1985 | 1981             | 82,7                 |

EIU, *Country Profile: Mozambique...*, p. 33 e EIU, *Country Profile: Angola...*, p. 35.

a) Fez-se a reconversão da moeda angolana (Kwanza) em dólares à taxa média de 1 USD = 29.918 Kz.

b) Fez-se a reconversão da moeda moçambicana (Metical) em dólares, à taxa média de 1 USD = 40 Mt.

**QUADRO 7**  
**DÍVIDA EXTERNA DE ANGOLA SETEMBRO DE 1985 PRINCIPAIS**  
**CREDORES**  
(milhões de USD)

|                          |      |         |      |
|--------------------------|------|---------|------|
| URSS                     | 2059 | Cuba    | 47   |
| Brasil                   | 434  | Suécia  | 40   |
| França                   | 112  | Bélgica | 37   |
| EUA <i>a)</i>            | 72   | Suíça   | 36   |
| Polónia                  | 66   | Holanda | 33   |
| Portugal                 | 61   | RDA     | 32   |
| Inglaterra               | 59   |         |      |
| Total (outros incluídos) |      |         | 3247 |

Hodges 1987, p. 131.

*a)* Tudo indica que exclui a dívida contraída em meados de 1985. O montante total deverá ser cerca de 200 milhões de USD.

**Quadro 8**  
**AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO**  
(milhões de USD)

|                           | 1981  | 1984  |
|---------------------------|-------|-------|
| ANGOLA <sup>1</sup> :     |       |       |
| Bilateral                 | 39,9  | 59,0  |
| Multilateral              | 61,5  | 34,3  |
| Total                     | 61,5  | 93,3  |
| MOÇAMBIQUE <sup>2</sup> : |       |       |
| Bilateral                 | 110,9 | 193,4 |
| Multilateral              | 32,7  | 69,3  |
| Total                     | 143,6 | 262,7 |

<sup>1</sup> EIU, *Country Profile: Angola...*, p. 128.

<sup>2</sup> EIU, *Country Profile: Mozambique...*, p. 32.

O essencial do comércio externo de Angola e Moçambique é feito com os países ocidentais como se pode verificar pelo quadro 9.

Não dispomos de totais que permitam calcular, para Angola, as percentagens relativas ao período posterior a 1982. Mas, no que diz respeito a Moçambique, essas percentagens eram, em 1985:

**Exportações para:**

Países da OCDE ..... 70%

COMECON ..... 18%

Outros ..... 12%

**Importações de:**

Países da OCDE ..... 51 %

COMECON ..... 25%

Outros ..... 24 %

Podemos observar que os laços económicos com os países ocidentais são muito mais fortes do que com os países socialistas, embora as relações com o bloco soviético, e com a URSS em particular, tenham vindo a registar um certo crescimento. Todavia, é quase certo que as estatísticas oficiais subestimam o valor, declarado ou não declarado<sup>8</sup> dos fluxos de mercadorias angolanas para vários países socialistas, nomeadamente a URSS (produto das pescas, por exemplo), Cuba (nomeadamente madeiras) e Alemanha de Leste.

**Quadro 9**  
**ORIENTAÇÃO GEOGRÁFICA**  
**DO COMÉRCIO EXTERNO DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE**  
(percentagem do total)

|                      | Exportações para: |      | Importações de: |      |
|----------------------|-------------------|------|-----------------|------|
|                      | 1981              | 1982 | 1981            | 1982 |
| <b>Angola:</b>       |                   |      |                 |      |
| Continente americano | 67                | 54   | 22              | 20   |
| Europa ocidental     | 27                | 43   | 60              | 62   |
| COMECON              | 3                 | 2    | 8               | 7    |
| África               | 2                 | 1    | 3               | 2    |
| Outros               | 2                 | -    | 7               | 9    |
| Total                | 100               | 100  | 100             | 100  |
| <b>Moçambique:</b>   |                   |      |                 |      |
| Países da OCDE       | 52                | 40   | 44              | 39   |
| COMECON              | 20                | 11   | 14              | 19   |
| Outros               | 28                | 49   | 42              | 42   |
| Total                | 100               | 100  | 100             | 100  |

EIU, *op. Cit*

<sup>8</sup> Vd. *Marchés Tropicaux* (Paris), 13 de Março de 1987, p. 661.

Em 1982 foi assinado um empréstimo no valor de 2 mil milhões de dólares para financiar projectos de desenvolvimento. Um desses projectos, envolvendo 900 milhões de dólares, é o da construção da barragem de Kapanda, no rio Kwanza, no qual estão associadas empresas soviéticas e brasileiras. O acordo Angola-URSS-Brasil foi assinado em 1984.

No que diz respeito às relações com os Estados Unidos, apesar do contencioso político existente, os dois países têm tido relações económicas importantes. As companhias petrolíferas Chevron, Texaco e Conoco fizeram grandes investimentos no petróleo angolano, e mais de 50 por cento desta matéria-prima tem sido exportada para os Estados Unidos nos últimos anos. Em 1985, Angola era o quinto maior mercado dos Estados Unidos na África ao sul do Sahara. Mas em 1986 o presidente Reagan proibiu a venda de equipamentos e ordenou a suspensão dos créditos e garantias do crédito do Exim Bank, às exportações americanas para Angola. Em Julho do mesmo ano, o Congresso reforçou as proibições ao Exim Bank no que se refere às exportações para aquele país africano (Cf. Hodges 1987: 20).

Tentámos apresentar um quadro comparativo das transacções comerciais de Angola e de Moçambique com os seus principais parceiros (ver quadro 10)<sup>9</sup>.

Por seu turno as relações com Portugal têm atravessado dificuldades desde a independência de Angola. A nacionalização de importantes interesses portugueses em Angola (enquanto os de outros estrangeiros não eram tocados) e a presença em Lisboa de opositores do regime de Luanda, entre outros factos, gerou dificuldades no relacionamento político entre Portugal e Angola, com manifesto prejuízo para ambas as partes, apesar de alguns esforços de diálogo que não tiveram efeitos decisivos. A partir de 1988 a situação parece contudo estar a melhorar consideravelmente.

O problema é um pouco diferente no que se refere às relações entre Portugal e Moçambique. No quinquénio 1976-80, Portugal ocupava, em média anual, 5,8 por cento das importações totais de Moçambique. No quinquénio seguinte (1981-85) essa percentagem subiu para 7,6 por cento, depois da África do Sul (12,2) e da França (9).<sup>10</sup>

Quanto à balança de pagamentos bilateral Portugal-Moçambique, é de notar a pouca importância dos investimentos de Portugal naquele país, nos anos 80. A acção de Portugal tem sobretudo expressão nos créditos comerciais e nos fluxos financeiros destinados a

---

<sup>9</sup> Os números expressos representam a média anual do quinquénio 1981-85. Para as importações e exportações de Moçambique convertimos os meticais em dólares à taxa média de 1 USD = 40 Mt.

<sup>10</sup> Cf. CNP, *Informação Estatística 1985*, Maputo, 1986.

assegurar os compromissos financeiros assumidos com Cabora Bassa, uma vez que o Estado português e as instituições de crédito portuguesas detêm 81,66 por cento do capital social da Hidroeléctrica de Cabora Bassa. Portugal tem vindo a conceder créditos extraordinários à hidroeléctrica para compensar os défices de exploração, os quais em 1984 e 1985 ascenderam a 14 milhões de dólares. Segundo o Banco de Portugal, de 1975 a 1986 os fluxos financeiros (acumulados) com destino a Cabora Bassa atingiram 34,1 milhões de dólares<sup>11</sup>.

Como dissemos, Angola está em melhores condições do que Moçambique para resolver os seus problemas financeiros, uma vez que dispõe de petróleo. É certo que a queda dos preços do petróleo bruto e a depreciação recente do dólar tiveram efeitos negativos sobre o rendimento nacional e obrigaram o governo angolano a rever os objectivos do plano económico, tanto mais que o petróleo assegura mais de 80 por cento das exportações totais.

Não sendo porém membro da OPEP, Angola não acata as determinações em matéria de quotas e pretende mesmo acelerar a produção do sector petrolífero. De 40 mil barris/dia em 1980, a produção passou para 350 mil barris/dia em 1987. As perspectivas apontavam para 445 mil barris/dia em 1988, 500 mil barris/dia em 1989 e 520 mil barris/dia em 1990.

O interesse das grandes companhias estrangeiras justifica-se pelo baixo custo de produção do petróleo angolano (2 dólares por barril, em média) e pela sua boa qualidade. Em contrapartida, a dependência crescente em relação a um só produto e a eventual persistência da não diversificação da economia introduz um factor que, a mais longo prazo, pode ser profundamente contraditório com os objectivos de um desenvolvimento integrado.

---

<sup>11</sup> Cf Adelino Torres, «República Popular de Moçambique: desenvolvimento, relações externas e relações com Portugal», in: Adelino Torres (Coord. de), *Relações Económicas entre Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa nas décadas de 70 e 80: tendências e perspectivas*. (Projecto de investigação para a Fundação de Relações Internacionais. Dactilografado. A publicar), Lisboa, 1987.

**QUADRO 10**  
**IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE EM**  
**MÉDIA ANUAL DO QUINQUÉNIO 1981-85**

(em milhões de USD)

| <b>Exportações para:</b> | <b>Angola</b> | <b>Moçambique</b> |
|--------------------------|---------------|-------------------|
| EUA (Fob)                | 915,2         | 25,2              |
| Espanha                  | 201,6         | 16,6              |
| Reino Unido              | 100,6         | 3,8               |
| Brasil (Fob)             | 149,2         | -                 |
| Portugal                 | 35,4          | 8,9               |
| <b>Importações de:</b>   |               |                   |
| Portugal                 | 145,8         | 41,5              |
| França                   | 120,6         | 50,6              |
| EUA                      | 151,6         | 28,6              |
| URSS <i>a) b)</i>        | 151,0         | 39,3 <i>c)</i>    |
| Brasil                   | 92,4          | -                 |
| Alemanha Ocidental       | 61,4          | 21,9              |
| Espanha                  | 43,8          | -                 |
| Reino Unido              | 45,6          | 25,4              |
| Japão                    | 45,6          | 20,3              |
| Itália                   | 55,8          | 35,1              |
| Suécia                   | 34,0          | 20,5              |
| África do Sul            | -             | 66,8              |

Hodges 1987, p. 126, e cálculos do autor a partir de CNP. *Informação Estatística*, 1985, Maputo, 1986.

a) *Exclui vendas de material militar*; b) *À taxa de câmbio oficial*; c) *Correspondentes às importações moçambicanas provenientes essencialmente dos seguintes países socialistas: RDA, URSS, Roménia, China, Bulgária, Checoslováquia e outros. A URSS ocupa, desde 1983, o primeiro lugar nas importações moçambicanas provenientes dos países socialistas, suplantando a RDA.*

**Quadro 11**  
**PRODUÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO BRUTO ANGOLANO**

| PRODUÇÃO<br>(milhares de barris/dia)                  | 1985   | 1986 <sup>a</sup> | 1987 <sup>a</sup> | 1988 <sup>b</sup> | 1990 <sup>b</sup> |
|-------------------------------------------------------|--------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| - Jazigos <i>on-shore</i><br>Congo-Kwanza (Petrofina) | 35,7   | 34                | 36                | 35                | 30                |
| - Jazigos <i>off-shore</i><br>Cabinda (Chevron)       | 165,2  | 195               | 231               | 260               | 300               |
| - Bloco 2<br>(Texaco)                                 | 7,2    | 6                 | 7                 | 30                | 40                |
| - Bloco 3<br>(Elf Aquitaine)                          | 23,8   | 47                | 82                | 120               | 150               |
| Total                                                 | 231,9  | 282               | 356               | 445               | 520               |
| EXPORTAÇÕES<br>(em milhões USD)                       | 1905,3 | 1133,6            | 1653              | -                 | -                 |
| Parte nas Exportações do país                         | (87%)  | (89%)             | (88%)             | -                 | -                 |

*Jeune Afrique Économie* (Paris), 106, Março 1988, p. 32.

a) Estimativas para 1986-87; b) Previsão para 1988-1990.

**Tese do «Mercado Comum da África Austral»<sup>12</sup>**

Em Agosto de 1964 o então primeiro-ministro da África do Sul, H. F. Verwoerd, propôs a ideia de um mercado comum para a África Austral («Southern African Common Market») que englobaria todos os países da África Austral, incluindo mesmo Angola e Moçambique<sup>13</sup>. Dadas as profundas diferenças de desenvolvimento económico entre a África do Sul e os restantes países (então colónias ou protectorados) e as características específicas da RAS (sistema de *apartheid* e forte poderio económico-militar); tanto africanos

<sup>12</sup> Este ponto foi introduzido numa data posterior à da realização da conferência onde a comunicação foi apresentada.

<sup>13</sup> Cf Eschel Rhoadie, *The Third Africa*, Cape Town, 1968, pp. 18 e 188.



como observadores estrangeiros viram nesse discurso o anúncio implícito de um projecto de hegemonia da África do Sul sobre toda a região. A desconfiança em relação aos desígnios da África do Sul não é nova. Já em 1929 um jornalista belga, Pierre Daye, ao relatar uma viagem que acabara de fazer através de Angola e do então Congo Belga, escrevia: «Angola está, mais directamente do que o Congo Belga, ameaçada pelo imperialismo sul-africano (não digo britânico, bem pelo contrário)».<sup>14</sup>

Quanto a Moçambique, a vizinhança onnipresente da África do Sul constituiu desde sempre, como é sabido, um sério motivo de preocupação para as próprias autoridades coloniais portuguesas.

A situação é hoje diferente mas certamente mais difícil ainda.

E essa dificuldade tem a sua expressão simbólica numa clivagem que até agora nada veio colmatar.

Assim, a África Austral é um espaço dividido em dois blocos. De um lado, a Conferência para a Cooperação e Desenvolvimento da África Austral (SADCC), constituída por Angola, Moçambique, Botswana, Swazilândia, Lesotho, Zâmbia, Zimbabwe, Malawi e Tanzânia. Do outro lado, ergue-se a República da África do Sul que é, apesar das suas contradições sociais, uma potência económica regional.

A SADCC procura a integração regional através da regulação de complementaridades económicas e da solidariedade política entre os Estados, tarefas sobremodo árduas para jovens países em desenvolvimento que têm ainda que consolidar uma identidade nacional própria.

Ela é vista pela África do Sul não só como um instrumento cuja radicalização política a pode ameaçar, mas sobretudo como um obstáculo à velha ideia de um «mercado comum» regional, com essa ou outra denominação pouco importa.

Contribuindo para o isolamento político da RAS em África, a SADCC dificulta sobretudo a expansão da economia sul-africana na sua área regional<sup>15</sup>.

Os resultados do confronto entre a SADCC e a RAS dependerão em grande parte do controlo e funcionamento de dois grandes objectivos estratégicos: os portos marítimos e as grandes vias férreas.

---

<sup>14</sup> Cf. Pierre Daye, *Congo et Angola*, Paris, 1929, p. 64.

<sup>15</sup> Diga-se de passagem que muitos analistas consideram que este último problema, verdadeiro núcleo das relações «internacionais» no subcontinente, subsistirá numa futura África do Sul sem apartheid e de maioria política africana.

Assim, mesmo que se retire da Namíbia, a África do Sul conservará o enclave de Walvis Bay, a que Jorge Alves Morais chamou oportunamente «o nó das estratégias»<sup>16</sup>, por ser o único porto de águas profundas da Namíbia e por transitar por ali a maioria das mercadorias sul-africanas. Portos igualmente importantes são, em Moçambique, os do Maputo, Beira e Nacala. Na costa oriental há ainda o porto de Dar es Salaam (Tanzânia) e, na costa ocidental, o do Lobito, em Angola. Quase todos eles estão semi-paralisados.

O papel dos caminhos-de-ferro é igualmente fundamental. Sem eles a situação dos países do *binterland*, especialmente, será, a prazo, insustentável; mas os países da orla marítima não poderão também manter-se indefinidamente sem transportes nem comunicações interiores.

A ruína dos meios de comunicação e a consequente paralisação dos portos minam as próprias fundações de um projecto de integração regional inicialmente promissor, inviabilizam o seu funcionamento a todos os níveis e conduzem à implosão de estruturas agora sem objecto.

No fim do caminho parece estar portanto o desmembramento da SADCC, que a maioria dos observadores considera ter sido um dos objectivos prioritários da política sul-africana.

O reforço da cooperação entre a Comunidade Europeia e os países da SADCC poderia ser ainda um elemento positivo na atenuação das tensões e na resolução de um certo número de problemas, mas é pouco provável que, a curto prazo pelo menos influencie decisivamente o rumo dos acontecimentos.

Apesar disso, essa cooperação precisa ser fortemente incrementada por uma Comunidade Europeia que afirme a sua coesão política e participe activamente e sem mais delongas no desenvolvimento económico, tecnológico e social das jovens nações africanas para quem o tempo já escasseia dramaticamente.

### **A situação no final da década de 80**

No final da década de 80 os dirigentes angolanos e moçambicanos vêem-se confrontados com uma realidade muito diferente daquela que esperavam há alguns anos.

No início da década, os ideólogos moçambicanos escreviam ainda nas *Linhas Fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo para 1981-1990* que «a vitória do socialismo é uma vitória da

---

<sup>16</sup> Cf. Jorge Alves Morais, «África Austral: a geoestratégica». *Expresso* (Lisboa), 24-12-1988.

ciência; ela confunde-se e organiza-se cientificamente»<sup>17</sup> e anunciavam metas da produção agrícola e industrial que romperiam decisivamente com o subdesenvolvimento. Em Angola, a confiança no futuro não era menor.

Ambos os partidos (Frelimo e MPLA/PT) partilhavam, nas suas grandes linhas, os mesmos objectivos.

Para o MPLA/PT «a agricultura é a base e a indústria o factor decisivo do desenvolvimento económico e social»<sup>18</sup>, a qual assentaria em dois factores: o desenvolvimento acelerado do sector estatal e a cooperatização do campo. «Esta tarefa de socializar o campo implicará a *movimentação* de milhões de camponeses e de trabalhadores rurais»<sup>19</sup>, frase onde se reconhece o eco da famosa «operação produção» (deslocação forçada de populações), de catastróficos resultados. O IV Congresso da Frelimo retoma igualmente a ideia de que «a agricultura deve ser a nossa principal fonte de acumulação»<sup>20</sup>.

O papel preponderante do Estado na economia é então reivindicado com veemência.

Para a Frelimo, «o Estado organiza e dirige a produção e a prestação de serviços, determina as contribuições de cada um em serviços ou em dinheiro para as necessidades estatais e para as necessidades comuns»<sup>21</sup>.

Em Luanda, o MPLA/PT afirmava igualmente que «nesta etapa de revolução democrática popular, a fixação centralizada dos preços é uma importante tarefa que compete ao Estado, na medida em que os preços constituem um elemento base para a elaboração e controlo do Plano». E acrescentava que «a recente medida tomada pelo Governo da RPA de uniformizar a nível nacional os preços de alguns bens de consumo essenciais, reflecte a primeira aplicação de uma política de preços dirigida para a elevação do nível de vida das massas. Torna-se agora necessário desenvolver integralmente essa política, procedendo-se à fixação dos preços para os restantes bens de consumo e das tarifas para os serviços»<sup>22</sup>.

A realidade não correspondeu às expectativas. Em ambos os países, o aparelho produtivo entrou praticamente em colapso, o mercado paralelo e a especulação vigoram, o nível de vida baixou, as estradas são inseguras, os transportes são raros ou inexistentes, a inflação é

---

<sup>17</sup> Cf. Frelimo, *Linhas Fundamentais do Plano Prospectivo Indicativo 1981-90*, Maputo, s/d, p. 4.

<sup>18</sup> Cf. *Linhas Fundamentais...*, p. 13.

<sup>19</sup> Cf. *Ibid.*, p. 14. Sublinhado nosso.

<sup>20</sup> Frelimo. *Directivas Económicas e Sociais*. IV Congresso, Maputo, 2.<sup>a</sup> ed., 1983.

<sup>21</sup> Cf. Frelimo, *Relatório do Comité Central ao IV Congresso*, Maputo, 1983, p. 107.

<sup>22</sup> Cf. *Orientações Fundamentais...*, p. 28.

galopante, a guerra civil estende-se a grande parte dos territórios, as balanças comerciais e de pagamentos acumulam os défices, a dívida externa avoluma-se, o caos administrativo é a nota dominante e o número de refugiados é dramático, como se vê por exemplo no quadro 12.

**Quadro 12**  
**ANGOLA:**  
**POPULAÇÃO DESLOCADA POR PROVÍNCIAS**  
 (Valores em 1 de Junho de 1987)

|                |          |
|----------------|----------|
| Bengo          | 20 280   |
| Zaire          | 1 520    |
| Uíge           | 36 390   |
| Kwanza Norte   | 22 390   |
| Malange        | 15 300   |
| Moxico         | 102 500  |
| Luanda Norte   | 6 450    |
| Luanda Sul     | 7 160    |
| Benguela       | 28 950   |
| Huambo         | 124 270* |
| Bié            | 62 630*  |
| Kwanza Sul     | 106 850  |
| Huíla          | 30 190   |
| Cunene         | 97 800   |
| Kwando Kubango | 27 320   |
| Total          | 690 000  |

\* Incluindo pessoas assistidas pelo CICV, avaliadas em 100 000.

RPA, *Programa Prioritário de Assistência de Emergência (Junho 1987-Março 1988)*, Luanda. 87 p. (policopiado).

No que se refere a Moçambique, o chamado «Relatório Robert Gersony» calculava que o número de refugiados deste país, em 1988, deveria ultrapassar os 870 mil, a maior parte dos quais em condições dramáticas devido à guerra<sup>23</sup>.

Para tudo isso contribuíram, como já dissemos, factores externos e internos há muito conhecidos.

O que nestes últimos dois ou três anos é novo no panorama político de Angola e Moçambique é o reconhecimento oficial desses factos e o começo da revisão de algumas das razões que lhes deram origem. Pelo menos as causas internas, decorrentes das decisões políticas dos partidos no poder entre 1975 e 1984-85, são agora objecto de uma análise de certo modo mais serena e pragmática, ainda que em Moçambique ela pareça, por enquanto, mais aprofundada do que em Angola.

Os documentos fundamentais que parecem anunciar essa «viragem» são o programa de Saneamento Económico e Financeiro (SEF) de Angola, de Janeiro de 1988, e o Programa de Recuperação Económica (PRE) de Moçambique, de meados de 1987<sup>24</sup>.

No SEF, os responsáveis reconhecem que «a economia angolana atravessa uma fase particularmente difícil (...): degradação do poder de compra salarial, baixa produtividade do trabalho, insuficiência patrimonial do sector estatal empresarial, défice público interno, incapacidade do sector bancário em remunerar os capitais alheios e endividamento externo crescente». Esta crise exige, prossegue o documento, «um esforço sério, metódico, coerente e integral de *reestruturação do sistema económico*»<sup>25</sup>. Concebido do ponto de vista técnico, o documento considera que o grande impedimento do «crescimento económico» reside nos «obstáculos financeiros», o que parece manifestamente insuficiente, uma vez que não é feita referência explícita a outros factores igualmente relevantes, ou mais relevantes. Ennes Ferreira considera «significativo o facto de se omitir a necessidade de pôr cobro à guerra como condição indispensável para se criarem condições conducentes às reformas económicas e enveredar por um verdadeiro desenvolvimento económico-social»<sup>26</sup>. O SEF admite, é certo, que «o Orçamento Geral do Estado é amplamente deficitário devido às amplas despesas militares», mas não tira daí nenhuma consequência.

---

<sup>23</sup> Robert Gersony, «Assessment on Mozambique Refugees» (Unclassified State 124182).

<sup>24</sup> Sobre o SEF de Angola, mencionam-se dois artigos publicados na Imprensa portuguesa: Manuel Ennes Ferreira, «Que ajustamentos económicos? O caso de Angola», revista *Terra Solitária* (Lisboa), 12, Março, 1988; e António Sampaio, «Angola: economia pobre de um país rico», *Diário de Notícias* (Lisboa), 30-5-88.

<sup>25</sup> *Saneamento Económico e Financeiro* (SEF), Luanda, 1987, p. 1 (policopiado). Doravante cotaremos este documento pela sua sigla: SEF.

<sup>26</sup> Cf. M. Ennes Ferreira, «Que reajustamentos»..., p. 4.

Ainda que cautelosamente, depois de constatar que «a presença do Estado no pequeno comércio e nos serviços não impediu o florescimento mais ou menos clandestino da iniciativa privada neste domínio», o SEF reconhece lucidamente que é preciso «rever o dimensionamento do sector estatal e o enquadramento do privado», embora acrescente logo a seguir que a «aliança estratégica não poderá deixar de ser operário-camponesa», o que evidencia a dificuldade ainda existente em Luanda em «fazer passar» uma análise menos «ortodoxa».

Esse compromisso com um certo populismo, cujas razões não é possível desenvolver neste local, conduz inevitavelmente a incoerências ou contradições no discurso a que, aliás, os seus autores dificilmente poderiam escapar. Por exemplo, como recuperar a rede comercial e «reduzir os custos e riscos (dos) transportes», sem pôr fim, previamente, ao estado de guerra que assola o país? Escreve-se que é possível resumir o plano de SEF numa fórmula que toda a gente compreenderá: *trata-se de valorizar o salário*. Não se descortina muito bem como, uma vez que o SEF é um programa de austeridade em que muitos observadores vêem uma verdadeira «Carta de Intenções» com vista a facilitar a entrada de Angola no FMI. A proposta de desvalorização da moeda angolana, ainda que sob a forma prudente de «desvalorização deslisante se tal for necessário ao incremento das exportações», terá necessariamente que se traduzir, se for por diante, numa série de desvalorizações do Kwanza, moeda sobrevalorizada como o testemunham as estatísticas da produção nacional e a existência de um mercado paralelo regido por uma taxa de câmbio que nada tem a ver com as taxas de câmbio oficial (no mercado paralelo o kwanza vale cerca de 30 vezes menos).

Não se pretende retirar mérito a um documento que se adivinha ter sido elaborado em circunstâncias difíceis e, talvez, com algum risco, pelo menos para os técnicos responsáveis da sua feitura, como a Imprensa já referiu<sup>27</sup>. Trata-se, tão somente, de apontar as imensas dificuldades que a implantação de uma «nova política económica» encontrará certamente em Angola, não apenas pelo confronto que opõe o MPLA/PT à UNITA, mas também pela luta entre tendências que, inevitavelmente, terá lugar no seio do próprio partido do poder.

Os empresários europeus seguem aliás este processo com um interesse prudente. Constatam que a nova lei «tem virtualidades», mas não deixam de observar que o «seu

---

<sup>27</sup> M. Ennes Ferreira nota que recentemente «dois dos principais funcionários do SEF foram exonerados das funções que exerciam, sendo que um deles é usualmente apontado como o seu principal promotor 'teórico': foi o preço a pagar à ala mais conservadora do poder pela passagem das primeiras leis no quadro do SEF». *Op. cit.*, p. 4.

alcance real e sobretudo a sua aptidão para a captação de mais e melhor investimento estrangeiro está em larga medida dependente da regulamentação futura que se aguarda e também das práticas de implementação que vierem a ser adoptadas»<sup>28</sup>.

Apesar de tudo, diversas medidas legais estão a ser tomadas no quadro das orientações gerais do SEF, como é o caso da Lei sobre as Empresas Estatais<sup>29</sup>, onde se estabelece que a «gestão da empresa estatal é da inteira responsabilidade dos seus órgãos, não tendo os organismos do Estado e outras entidades estranhas à empresa o direito de interferir na sua gestão e no seu funcionamento, a não ser nos casos e formas previstos na lei» e se admite que a empresa estatal poderá «associar-se a investidores estrangeiros nos termos da legislação aplicável». Também a Lei sobre os Títulos do Tesouro<sup>30</sup> pretende «encontrar fontes de financiamento para cobertura do défice do Orçamento Geral do Estado e, complementarmente, procurar, através deste mecanismo, adequar os rendimentos monetários distribuídos sob a forma de salários à circulação mercantil existente, de modo a evitarem-se tendências inflacionistas a nível da actividade económica».

Há algumas razões para crer que, tal como Moçambique já fez a experiência, as fórmulas de poupança deste tipo têm poucas possibilidades de captar o excesso de massa monetária de que os particulares são detentores. As taxas de juro não cobrem normalmente a taxa de inflação do mercado «real» (ou seja, o mercado paralelo), o único que conta porque só nele se encontram geralmente os bens de que a população está carente. O consumidor africano tem o mesmo tipo de racionalidade económica que qualquer outro, seja em que país for...

Em Moçambique, o problema não é fundamentalmente diferente. Também aqui, mas mais cedo e mais claramente do que em Angola, as autoridades iniciaram um balanço da política económica seguida até há poucos anos. A adesão de Moçambique ao FMI, em Setembro de 1984, parece anunciar uma «viragem» não isenta de dificuldades de vária ordem. O acordo de Nkomati<sup>31</sup>, as sucessivas desvalorizações do Metical com vista a aproximar cada vez mais a taxa de câmbio oficial da que é praticada no mercado paralelo, as discussões públicas sobre as causas dos problemas - que, não sem coragem, diga-se, os dirigentes moçambicanos têm assumido frequentemente - são elementos que permitem pensar que as

---

<sup>28</sup> . Fernando Oliveira, «R.P. de Angola: Nova legislação promove abertura económica», rev. *Exportar* (Lisboa), ICEP, Nov./Dez. 1988.

<sup>29</sup> Texto aprovado pela Assembleia do Povo, na 1.ª Sessão Legislativa, de 24 a 27 de Fevereiro de 1988.

<sup>30</sup> Texto aprovado pela Assembleia do Povo na 1.ª Sessão da III Legislatura, de 24 a 27 de Fevereiro de 1988.

<sup>31</sup> No *Programa de Acção Económica para os anos de 1984 a 1986* (Maputo, Maio de 1984) pode ler-se: «O Acordo de Não Agressão e Boa Vizinhaça assinado entre a República Popular de Moçambique e a África do Sul é um contributo para um relacionamento económico estável na via do desenvolvimento» (p. 30).

reformas poderão ser mais rápidas e mais radicais do que em Angola, embora o adversário «sem rosto» da Frelimo ponha igualmente sérios obstáculos à normalização da vida económica do país.

Em Janeiro de 1987, o primeiro-ministro de Moçambique, Mário Machungo, apresentou perante a Assembleia Popular, em Maputo, o Programa de Recuperação Económica (PRE) cujos objectivos são a recuperação da produção e a redução gradual dos desequilíbrios financeiros. No que diz respeito à produção, «a prioridade é dada à agricultura e em particular ao sector familiar»<sup>32</sup>, prevendo-se igualmente a recuperação das empresas agrícolas, o crescimento do tráfico portuário e ferroviário, o aumento da utilização da capacidade industrial, etc. Mas as previsões feitas para o período 1987-1990 são de certo modo surpreendentes: uma taxa média de crescimento anual da ordem dos 29 por cento para a produção comercializada do sector familiar; uma taxa de crescimento anual de 23 por cento no sector dos transportes, de 17 por cento para as empresas agrícolas e de 12 por cento na indústria, em particular nas indústrias ligeira e alimentar. Prevê-se igualmente que «o valor das exportações adicionado às receitas dos portos e dos caminhos-de-ferro representará 300 milhões de dólares em 1990, sendo as previsões de 135 milhões para 1987».

E mais adiante: «A actividade económica global progrediu em 1986 em relação a 1985, mas os objectivos do plano não foram atingidos em vários sectores, com excepção da indústria e das comunicações, sectores em que os objectivos previstos no plano foram alcançados. Mas «o facto de o nível previsto das exportações não ter sido atingido continua a constituir um motivo de preocupação, tendo-se registado mesmo uma queda comparativamente a 1985».

As novas normas salariais anunciadas, com a abertura do leque dos salários em função da «complexidade dos diferentes postos de trabalho», destinam-se «a recompensar os melhores trabalhadores e a penalizar os maus» e, desde logo, a encorajar a produtividade. Para isso será necessário elaborar, ao mesmo tempo, «um conjunto de regras financeiras destinadas a controlar o crescimento da massa salarial».

«O aumento dos salários dos trabalhadores da função pública para lá de um mínimo, vai depender da racionalização das despesas e, em particular, do congelamento ou da redução dos efectivos, optando-se pela qualidade e não pela quantidade».

---

<sup>32</sup> Cf. *Programme de Redressement Economique: Présentation à l'Assemblée Populaire par le Premier Ministre Mário Machungo, le 14 janvier, 1987*. (Dactilografado). O texto de que dispomos está em francês, pelo que a transcrição das citações pode não corresponder exactamente ao original em português, ao qual não tivemos acesso.



Quanto aos preços, a intervenção do Estado tomará as seguintes formas: fixação dos preços ao consumidor unicamente para os bens essenciais; fixação dos preços ao produtor dos principais produtos agrícolas; definição dos critérios gerais e específicos que permitirão às empresas fixar os preços dentro de certos limites; manutenção da prática limitada de preços livres. Neste capítulo, mais do que por medidas administrativas, será sobretudo «por meios económicos que o mercado negro será combatido».

Para o primeiro-ministro, «os objectivos que nos propomos exigirão a transformação da mentalidade de consumo que hoje predomina, numa mentalidade virada para a produção». Ele considera que «a mudança dos métodos de trabalho e a ruptura com a inércia e a rotina exigem que comecemos a julgar o trabalho nos diferentes níveis em função dos resultados concretos obtidos». E termina: «A atitude de classe avalia-se na prática, pelos resultados, pelo comprometimento de cada um pela causa da revolução».

De uma maneira geral o PRE vai ao encontro de muitos dos pontos de vista do Banco Mundial, quer no diagnóstico que este fez em 1985<sup>33</sup>, quer em documentos posteriores<sup>34</sup>. A missão do Banco Mundial que ajudou a elaborar o PRE declarou-se «impressionada pela determinação do governo em continuar com a política de mudanças».<sup>35</sup>

Em meados de 1988 é já possível apreciar alguns dos resultados desta nova política económica, em especial no que se refere a Moçambique. Ainda que, ao longo de 1987, a agricultura continue estagnada e o sector dos transportes tenha registado um decréscimo de oito por cento, a produção industrial conheceu um crescimento de 18 por cento devido a um maior esforço organizativo e a um reforço das importações de matérias-primas<sup>36</sup>. A desvalorização da moeda e os reajustamentos de preços traduziram-se numa inflação em 1987 de 160 por cento, cujos efeitos negativos de curto prazo têm sido em parte minimizados, directamente, através de aumentos de salários (segundo as autoridades, o aumento do salário médio foi superior a 166 por cento e parte da massa salarial não foi afectada pela inflação) e, indirectamente, devido a um aumento da oferta de mercadorias, o que provocou uma quebra dos preços no mercado paralelo. A absorção de uma parte do «excesso» de massa monetária contribuiu igualmente para aproximar a oferta da procura, ainda que não seja possível a curto prazo eliminar as principais distorções do mercado.

---

<sup>33</sup> Vd. Banco Mundial, *Moçambique: uma análise económica introdutória*. Washington, 1985 (Relatório n.º 5610-MOZ).

<sup>34</sup> Por exemplo: *World Bank Mission to Assist the Government in the preparation of an Economic Rehabilitation Program. Aide-Mémoire*, Maputo, Dezembro, 1986.

<sup>35</sup> Cf. *World Bank Mission to Assist...*, p. 2.

<sup>36</sup> Cf. Agência de Informação de Moçambique (AIM), *Boletim de Informação*, n.º 3, Julho de 1988.

É evidente que os equilíbrios económicos só poderão ser reestabelecidos quando a produção estiver em condições de satisfazer a procura interna em bens alimentares e de primeira necessidade, e, numa primeira fase, de reintroduzir certos fluxos de exportação tradicionais com vista a fazer face aos compromissos externos e às necessidades de importação. Mas o caminho a percorrer é ainda longo: em 1987 a taxa de cobertura das importações pelas exportações não foi além de 13,3 por cento, o que dá uma ideia das enormes dificuldades do país.

Um dos objectivos do PRE em Moçambique e do SEF em Angola é a deslocação do poder de compra da cidade para o campo, estimulando a produção agrícola, a qual está estreitamente ligada à capacidade de comercialização dos produtos agrícolas, quer estes provenham do sector empresarial ou do sector familiar.

De uma maneira geral os objectivos dos «planos de austeridade» em curso de aplicação nos dois países não são fundamentalmente diferentes: trata-se de reorganizar a vida económica e social nos campos, de reestruturar as empresas industriais, de restabelecer as comunicações e de recuperar as redes comerciais numa perspectiva de integração regional e nacional, e de implementar indispensáveis medidas de austeridade que permitirão efectuar os urgentes ajustamentos estruturais de que carecem as duas jovens nações africanas. Tudo isso passa, sem dúvida, pela diminuição das despesas públicas, a rendibilização dos investimentos públicos e privados, a diminuição de certas rubricas das despesas do Orçamento Geral do Estado, etc. Numa palavra: pôr fim à má gestão e a um certo ideologismo que, em muitos aspectos, caracterizaram as opções dos primeiros anos do período que vai de 1975 à actualidade<sup>37</sup>.

É conveniente sublinhar todavia que muitos erros cometidos eram provavelmente inevitáveis e que 13 anos de independência pouco representam em termos de História. Nessa perspectiva, a complexa situação que se vive na África Austral deve ser apreciada com alguma cautela. A reflexão crítica que é possível fazer (mas neste plano as análises feitas pelos próprios africanos têm sido por vezes de uma coragem exemplar) não deve ser confundida com uma qualquer «depreciação negativista». Exercer a «crítica» é, por assim

---

<sup>37</sup> As políticas de ajustamento estrutural são indispensáveis, mas num quadro tão difícil como o dos dois países africanos de língua oficial portuguesa a sua aplicação põe problemas especialmente delicados. Muitas medidas desse tipo têm sido aconselhadas em África pelos peritos, escreve o *Le Monde Diplomatique* num tom pessimista, «com a mesma convicção com que tinham preconizado as panaceias dos anos 70 que precipitaram a crise». Ainda que o julgamento possa ser excessivo, ele alerta-nos para a dificuldade da questão e para o carácter aleatório da transposição mais ou menos mecanicista de certos modelos dos países desenvolvidos para o contexto heterogéneo do Terceiro Mundo Cf. Alain Gresh, «L'art subtil d'accommoder la crise», *Le Monde Diplomatique* (Paris), juillet, 1988, p. 20.

dizer, arrotear o solo para culturas melhores. É um acto de fé nos homens, não a prática gratuita da malevolência.

De qualquer modo, o elemento fundamental que permitirá a prossecução dos objectivos de desenvolvimento económico e social desses dois países é o reestabelecimento das condições de paz, sem a qual a própria referência nacional pode, nas circunstâncias actuais, correr o risco trágico de se revelar um dado aleatório. É óbvio que a paz não é uma condição suficiente: mas é uma condição absolutamente necessária.

Tudo indica que Angola e Moçambique estão conscientes das ameaças que pesam sobre si ao desencadearem com um realismo prudente (há obstáculos políticos internos a vencer ainda) as primeiras medidas do SEF e do PRE.

### **Dúvidas para o futuro**

Qual o futuro das jovens nações africanas da África Austral? Dada a complexidade de uma situação que, como tudo indica, se encontra em rápida mudança, as «profecias» são irrelevantes e os julgamentos de valor de pouca utilidade.

Tanto Angola como Moçambique têm condições naturais e humanas para se desenvolverem. Mas, uma vez resolvido o problema da guerra, resta saber:

- 1.º como é que o resto do mundo, nomeadamente a Europa, pode contribuir para a normalização económica e social dessas nações, ou seja, que tipo de *cooperação para o desenvolvimento* (e não apenas «ajuda» ou simples prática de relações comerciais) os países desenvolvidos estão dispostos a praticar na África Austral;
- 2.º de que maneira os governos africanos utilizarão a experiência adquirida para, clarificando as opções políticas, dar novos rumos às economias.

Hoje, o mundo adquiriu uma nova dimensão e é duvidoso que as velhas «receitas» do crescimento por aproximações sucessivas ou por acções voluntaristas de tipo ideológico sejam as mais adequadas em países onde se faz sentir a necessidade urgente de «saltar etapas» (o que não é incompatível com a utilização de múltiplos processos, incluindo os da 1.ª revolução industrial) e de viver uma certa «modernidade».

A terceira revolução industrial, na qual eles já estão inseridos quer queiram quer não, eliminou o espaço e o tempo e introduziu no relacionamento entre as economias a noção de «tempo real» num espaço planetário reduzido à condição de «aldeia global». Quanto

mais não seja por isso, a evolução dos acontecimentos nesta região africana não nos pode deixar indiferentes. A sua complexidade é acrescida pelo imperativo em que os africanos se encontram de, ao mesmo tempo que constroem o *presente*, deverem *reconstruir o passado*, porque, como o notava Karl Popper, «a vida social exige a tradição».<sup>38</sup>

A solução da crise em Angola e em Moçambique depende da conjugação de vários factores.

Antes de mais, da própria vontade política dos seus dirigentes em ir ao encontro da vontade *real* das populações que representam e de encontrar respostas pragmáticas às situações concretas que se lhes deparam, e não de «moldar» a realidade à abstracção (por definição arbitrária) de um discurso teórico, seja ele qual for.

A situação na África Austral é um todo no qual o eixo é, pelo seu poderio económico, a África do Sul. É um *dado* que deve ser equacionado, com realismo, numa perspectiva de longo alcance. Não há voluntarismo que possa alterá-lo a curto prazo senão ao preço de uma imensa ruína para toda a região e suas populações.

Nenhuma política de reconstrução económica terá viabilidade enquanto 40 por cento do orçamento do Estado for consagrado à guerra, as populações continuarem a ser massacradas e centenas de milhar de pessoas desloca das vierem engrossar os muceques de Luanda e os caniços de Maputo para sobreviverem no desespero.

A Comunidade Europeia tem aqui uma oportunidade histórica de se afirmar, não apenas como «espaço económico», mas como entidade política e cultural.

O tempo dos «pequenos passos» acabou. A mundialização da economia não se compadece com os ritmos ditados por uma outra época. As nações europeias não podem atolar-se numa espécie de anacrónica «corrida para a África», tipo século XIX, digladiando-se em glória e mesquinamente pela conquista de duvidosas «fatias de mercado». A entrada da Europa na cena política enquanto *comunidade solidária*, obedecendo a princípios democráticos exigentes, teria certamente um peso decisivo com vantagem para o continente africano. Decididamente também «as razões de oportunidade têm de ser substituídas pelo que deve ser a sua verdadeira motivação: a solidariedade internacional»<sup>39</sup>.

A ideia dessa nova Europa que urge construir foi evocada recentemente por Jacques Delors quando se referiu à necessidade de criar um embrião de governo europeu, convidando os

---

<sup>38</sup> Cf. Karl Popper, «Rumo a uma teoria racional da tradição» in: *Conjecturas e Refutações*. Trad. portuguesa, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2.ª ed., 1982, pp. 147-160.

<sup>39</sup> Cf. Jacinto Nunes, *O 2.º decénio do desenvolvimento*, Lisboa, Gabinete de Investigações Económicas do ISCEF, 1970, p. 75.

governos e os parlamentares dos 12 a reflectir sobre «a partilha do trabalho legislativo» entre Parlamentares nacionais e Parlamento europeu e sobre a ideia de «um governo europeu». O velho objectivo de Jean Monnet não faz ainda a unanimidade na Europa, mas parece cada vez mais difícil continuar a ignorá-lo<sup>40</sup>.

O espaço euro-africano pode ser redefinido para o século XXI em moldes completamente novos se os homens souberem encontrar um pensamento que o justifique. A África disporia então de uma margem de manobra que a bipolarização actual não lhe concede ou torna cada vez mais estreita. Tanto mais que parece hoje claro, ao contrário do que pretendiam certas teorias cujas raízes remontam a Hobson, que não existe forçosamente uma contradição entre a lógica mundial do sistema produtivo e a lógica nacional do desenvolvimento<sup>41</sup>.

A ideia de Nação é, por muitas e legítimas razões, um conceito chave em África. Mas agora, mais do que nunca, ela insere-se num espaço planetário e a sua viabilidade económica e tecnológica não pode ser abstraída desse contexto. Há 30 anos atrás, François Perroux tinha evocado já, numa obra clássica, os parâmetros que definem a economia moderna: «As teses habituais sobre o comércio entre nações, internacional, impedem de compreender e mesmo dispensam de agir porque, num sentido muito preciso, a produção e as trocas - já não dependem das nações, mas dos agrupamentos de forças económicas plurinacionais, e dependem bem menos ainda das nações tais como o economista as interpreta». E acrescentava que a «medida económica da realidade de (uma) nação» se toma, na época moderna, «à escala do mundo e não a uma escala mais reduzida por grande que seja»<sup>42</sup>.

As estratégias de desenvolvimento em Angola e Moçambique (bem como os seus objectivos e resultados) não são separáveis dessa complexa mundialização em que se inserem as suas economias.

Desde logo, tanto eles como os países desenvolvidos, especialmente os da Europa ocidental, não podem prescindir de uma *cooperação* responsável e duradoura, feita de interesses assumidos e de responsabilidades partilhadas.

Uma cooperação de olhos postos no já próximo século XXI, que aponte de uma vez por todas para horizontes diferentes dos da velha «divisão internacional do trabalho» sem se

---

<sup>40</sup> Cf. *Le Monde* (Paris), 30 de Julho de 1988.

<sup>41</sup> Odile Castel, «Les firmes multinationales et la stratégie d'industrialisation engagée au sein du système socio-économique mexicain: le cas de la branche informatique», *Revue Tiers-Monde* (Paris), XXIX, 113, janvier-mars, 1988, pp. 183-200.

<sup>42</sup> F. Perroux, *La Coexistence Pacifique*, II («Pôles de Développement ou Nations?»). Paris, PUF, 1958, pp. 287 e 290.

enredar nas confusões teóricas de uma pretensa «Nova Ordem Económica Internacional»; uma cooperação biunívoca que valorize os compromissos tomados e dignifique os homens que os aceitarem. É talvez essa uma das apostas prioritárias que importa fazer o mais rapidamente possível.

*O presente trabalho foi realizado no quadro de um projecto de investigação do IEEI, durante o ano de 1988, e finalizado no início de 1989.*